



CLIPPING INTERNET
06/02/2021 ATÉ 06/02/2021



ÍNDICE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	1
	1.2 BLOG PÁGINA 2.....	2
	1.3 CHAPADINHA SITE.....	3
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DO DINIZ.....	5
	3.2 BLOG DO VARÃO.....	6
	3.3 SITE O MARANHENSE.....	7
4	VARA CRIMINAL	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
5	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	5.1 BLOG DO VALDEMIR OLIVEIRA.....	9
	5.2 BLOG DO VANILSON RABELO.....	10
	5.3 BLOG GENIVALDO ABREU.....	11
	5.4 BLOG GILBERTO LEDA.....	12
	5.5 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	13
	5.6 SITE JORNAL PEQUENO.....	14

Daniella Tema celebra decisão judicial em favor do Legislativo Municipal de Açailândia

A deputada Daniella Tema (DEM) voltou a defender a população do município de Açailândia e comemorou, nas redes sociais, a decisão judicial que garante o restabelecimento dos trabalhos do Legislativo Municipal açailandense. A parlamentar foi atuante na causa, buscou o diálogo e cobrou das autoridades competentes a resolução do problema.

Desde o início do imbróglio, Daniella Tema sensibilizou-se e, enquanto representante da população maranhense, manifestou posicionamento na Assembleia Legislativa em favor da normalização dos trabalhos da Câmara Municipal de Açailândia. A parlamentar chegou a se deslocar ao município para ouvir lideranças, população e vereadores envolvidos no caso.

Entenda

Nesta quinta-feira (4), a Justiça decidiu pela posse dos vereadores eleitos e pela condução do presidente Feliberg Melo ao comando da Câmara, eleito democraticamente entre os vereadores, após, segundo a deputada, tentativa de manobra irregular do ex-presidente da casa, conhecido como Ceará que, "em um ato criminoso contra a democracia, tentou oficializar uma sessão com eleição da Mesa Diretora às escondidas".

A insanidade do vereador Ceará resultou, ainda, na tentativa desastrosa e frustrada que retiraria o mandato de nove vereadores eleitos pelo voto popular. Contudo, a decisão judicial desfez toda a lambança.

Em entrevista, a deputada Daniella Tema parabenizou a atuação judiciária em favor da democracia. "Fico feliz com a decisão da Justiça em favor da democracia, em favor da população de Açailândia, município que tem uma população trabalhadora e que precisa ser respeitada. O que houve é inadmissível: uma tentativa de anular o voto popular, e isso não aceitamos. Agora, fico mais tranquila sabendo que os representantes da população poderão legislar em favor do bem de todos", destacou a democrata.

Polícia Civil prende homem por homicídio em Pinheiro (MA)

A Polícia Civil do Maranhão, por meio do 2º Distrito Policial e da 5ª Delegacia Regional de Pinheiro, deu cumprimento, na manhã dessa sexta-feira (5), ao mandado de prisão temporária, expedido pela Vara Criminal da Comarca de Pinheiro, contra um homem pela prática do crime de homicídio qualificado.

Segundo a polícia, o crime aconteceu no dia 13 de novembro de 2020, em que, na ocasião, a vítima pilotava uma motocicleta quando foi surpreendida por dois indivíduos que, portando uma arma de fogo, efetuaram vários disparos, os quais atingiram a vítima. Os disparos acertaram a região das costas e da nuca, que resultou no óbito da vítima ainda no local.

Após as providências legais cabíveis prestadas na delegacia, o preso foi encaminhado à Unidade Prisional e de Ressocialização de Pinheiro, onde permanecerá à disposição da Justiça.

(Informações da SSP-MA)

Presidente Manuel da Concórdia comanda comitiva de vereadores e deputados em audiência contra o fechamento de agência do Banco do Brasil em Bacabal

Atendendo a ação foi movida pelo Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB - Ma), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, expediu Medida Liminar suspendendo o fechamento das agências do Banco do Brasil em todo o país, durante o período da pandemia de Covid-19, entre as quais a de Bacabal, localizada na Rua Teixeira Mendes. A decisão barra o plano da instituição de fechar mais de 200 agências e implantar um plano de demissão voluntária que deve atingir mais de 5 mil funcionários, anunciado em 11 de janeiro.

Presidente Manuel da Concórdia comanda comitiva de vereadores e deputados em audiência contra o fechamento de agência do Banco do Brasil em Bacabal

A decisão, entretanto, não mudou a posição tomada pelo presidente da Mesa Diretora da câmara municipal de Bacabal, vereador Manuel da Concórdia (PDT), que manteve audiência agendada para a última quinta-feira, 04 de fevereiro de 2021, às 11 horas, na sede da superintendência, com o superintendente regional do Banco do Brasil no Maranhão, José Soares de Oliveira Neto, explicando que "a liminar do Juiz Douglas Martins só assegura o funcionamento das agências, entre elas a de Bacabal, enquanto durar a pandemia. A decisão do presidente da diretoria executiva do Banco, André Guilherme Brandão, é manter o fechamento, por isso não mudamos nossa agenda e fomos a São Luís", frisou o parlamentar. Em São Luís a comissão liderada por Manuel da Concórdia, e composta pelos vereadores Maurício Silva (PROS), Anderson Viana (PL), Alex Abreu (Republicanos), Feitosa (SD), Reginaldo do Posto (PDT), Valdivan da Bela Vista (PDT), Dedê da Tresidela (PSC) e Fernando da Luisiana (PDT), além da procuradora geral da Casa Jamile Lobo, juntou-se ao deputado Federal João Marcelo (MDB) e aos deputados estaduais Roberto Costa (MDB) e Carlinhos Florêncio (PC do B), que atenderam ao pedido de Concórdia para se engajarem na luta contra o fechamento da agência de Bacabal.

A comissão foi recebida, na sede da superintendência, por José Soares, e ouviu do presidente Manuel da Concórdia, e dos seus demais integrantes, os argumentos que asseguram que, desde o início do seu funcionamento a agência da Rua Teixeira Mendes vem desempenhando o seu papel com agente econômico de forma satisfatória, performando lucros ao conglomerado do Banco do Brasil em todas as modalidades de avaliação estabelecidas por sua coordenação, não se tratando de agência deficitária, que mais de 7 mil correntistas serão afetados, direta e indiretamente, sem contar que, no item, toda uma população bancária da região, que se utiliza do suporte funcional pela agência proporcionado, serão afetados por seu fechamento precoce, entre outros prejuízos já levantados.

Manuel da Concórdia mostrou ainda que o parlamento de Bacabal sempre se preocupou com a prestação dos serviços bancários no município. Exemplificou com a aprovação da Lei 996, de 10 de agosto de 2015, que regulamentou o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias aqui estabelecidas, inicialmente em 20 minutos nos dias normais e em 30 minutos nas vésperas e após os feriados, que foi atualizada em 2015 com a elevação dos valores das suas penalidades, em caso de não cumprimento e de reincidência. Mostrou, também, que a câmara aprovou Projeto de Lei, de autoria do vereador que obriga os estabelecimentos bancários à comunicar aos seus clientes sobre a indisponibilidade de saques e depósitos

bancários em suas respectivas agências caixas eletrônicos, em finais de semana, feriados e dias santos. Ao final da oitiva, ao expor sua posição sobre as demandas apresentadas pelos vereadores bacabalenses, todas corroboradas pelos três deputados e pelo ex-vice-prefeito, o superintendente regional do Banco do Brasil no Maranhão, José Soares de Oliveira Neto, se comprometeu em promover visita a agência que está ameaçada de fechamento em Bacabal para verificar, in loco, as reais condições nas quais os serviços bancários são prestados no município.

O presidente Manuel da Concórdia, assim como os vereadores que compuseram a comitiva, além dos deputados e do ex-prefeito interino avaliaram o encontro como muito positivo. Concórdia, todavia, arremata afirmando que "vamos nos manter atentos. A nossa luta é pelo não fechamento da agência. Vamos permanecer mobilizados enquanto a ameaça persistir".

Presidente Manuel da Concórdia comanda comitiva de vereadores e deputados; em audiência contra o fechamento de agência do Banco do Brasil em Bacabal...

Atendendo a ação foi movida pelo Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB - Ma), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, expediu Medida Liminar suspendendo o fechamento das agências do Banco do Brasil em todo o país, durante o período da pandemia de Covid-19, entre as quais a de Bacabal, localizada na Rua Teixeira Mendes. A decisão barra o plano da instituição de fechar mais de 200 agências e implantar um plano de demissão voluntária que deve atingir mais de 5 mil funcionários, anunciado em 11 de janeiro.

A decisão, entretanto, não mudou a posição tomada pelo presidente da Mesa Diretora da câmara municipal de Bacabal, vereador Manuel da Concórdia (PDT), que manteve audiência agendada para a última quinta-feira, 04 de fevereiro de 2021, às 11 horas, na sede da superintendência, com o superintendente regional do Banco do Brasil no Maranhão, José Soares de Oliveira Neto, explicando que "a liminar do Juiz Douglas Martins só assegura o funcionamento das agências, entre elas a de Bacabal, enquanto durar a pandemia. A decisão do presidente da diretoria executiva do Banco, André Guilherme Brandão, é manter o fechamento, por isso não mudamos nossa agenda e fomos a São Luís", frisou o parlamentar.

Em São Luís a comissão liderada por Manuel da Concórdia, e composta pelos vereadores Maurício Silva (PROS), Anderson Viana (PL), Alex Abreu (Republicanos), Feitosa (SD), Reginaldo do Posto (PDT), Valdivan da Bela Vista (PDT), Dedê da Tresidela (PSC) e Fernando da Luisiana (PDT), além da procuradora geral da Casa Jamile Lobo, juntou-se ao deputado Federal João Marcelo (MDB) e aos deputados estaduais Roberto Costa (MDB) e Carlinhos Florêncio (PC do B), que atenderam ao pedido de Concórdia para se engajarem na luta contra o fechamento da agência de Bacabal.

A comissão foi recebida, na sede da superintendência, por José Soares, e ouviu do presidente Manuel da Concórdia, e dos seus demais integrantes, os argumentos que asseguram que, desde o início do seu funcionamento a agência da Rua Teixeira Mendes vem desempenhando o seu papel com agente econômico de forma satisfatória, performando lucros ao conglomerado do Banco do Brasil em todas as modalidades de avaliação estabelecidas por sua coordenação, não se tratando de agência deficitária, que mais de 7 mil correntistas serão afetados, direta e indiretamente, sem contar que, no item, toda uma população bancária da região, que se utiliza do suporte funcional pela agência proporcionado, serão afetados por seu fechamento precoce, entre outros prejuízos já levantados.

Manuel da Concórdia mostrou ainda que o parlamento de Bacabal sempre se preocupou com a prestação dos serviços bancários no município. Exemplificou com a aprovação da Lei 996, de 10 de agosto de 2015, que regulamentou o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias aqui estabelecidas, inicialmente em 20 minutos nos dias normais e em 30 minutos nas vésperas e após os feriados, que foi atualizada em 2015 com a elevação dos valores das suas penalidades, em caso de não cumprimento e de reincidência.

Mostrou, também, que a câmara aprovou Projeto de Lei, de autoria do vereador que obriga os estabelecimentos bancários à comunicar aos seus clientes sobre a indisponibilidade de saques e depósitos bancários em suas respectivas agências caixas eletrônicos, em finais de semana, feriados e dias santos.

Ao final da oitava, ao expor sua posição sobre as demandas apresentadas pelos vereadores bacabalenses, todas corroboradas pelos três deputados e pelo ex-vice-prefeito, o superintendente regional do Banco do Brasil no Maranhão, José Soares de Oliveira Neto, se comprometeu em promover visita a agência que está ameaçada de fechamento em Bacabal para verificar, in loco, as reais condições nas quais os serviços bancários são prestados no município.

O presidente Manuel da Concórdia, assim como os vereadores que compuseram a comitiva, além dos deputados e do ex-prefeito interino avaliaram o encontro como muito positivo. Concórdia, todavia, arremata afirmando que "vamos nos manter atentos. A nossa luta é pelo não fechamento da agência. Vamos permanecer mobilizados enquanto a ameaça persistir".

STJ devolve mandatos a nove vereadores cassados em Açailândia...

STJ devolve mandatos a nove vereadores cassados em Açailândia...

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu na noite de ontem (4) todas as decisões tomadas por liminares que resultaram na cassação de nove vereadores em Açailândia. Com a decisão de Martins, Feliberg Melo Sousa (Feliberg da Thaires Móveis), deve retomar a presidência da casa e reestabelecer a vontade da população.

A atuação da assessoria jurídica do deputado federal Aluísio Mendes (PSC) foi fundamental para o retorno dos parlamentares e para a restauração da ordem democrática na cidade.

Entenda

A disputa começou quando nove, dos 17 vereadores da cidade eleitos em 2020, realizaram uma sessão extraordinária nas primeiras horas do dia 1º de janeiro. Na sessão foi eleito Feliberg como presidente da Câmara Municipal junto com a nova mesa diretora.

Poucas horas após a sessão que contou com a maioria dos integrantes da casa, o ex-presidente Josibeliano Chagas Farias (Ceará), realizou uma outra sessão que contou com o apoio de 8 vereadores e foi “eleito” para o cargo.

Mesmo sem ter maioria na casa, Ceará iniciou uma guerra jurídica. As primeiras investidas jurídicas na comarca da cidade foram todas negadas em primeira instância.

Contudo, em duas decisões liminares tomadas por desembargadores do Tribunal de Justiça, Ceará não só conseguiu manter-se na Presidência da Casa, como também expulsou nove vereadores recém-eleitos e empossou suplentes.

Com a entrada da assessoria jurídica do deputado federal Aluísio Mendes no caso, a questão foi levada até o STJ e a democracia restaurada. “Assim que fiquei sabendo fui a Açailândia e constatei que era uma demanda da população. Acionamos nossa assessoria jurídica e conseguimos impedir que a vontade do povo fosse desfeita uma canetada”, disse.

De volta

Após orientação jurídica de Aluísio, na noite da quinta-feira (4) o ministro Humberto Martins decidiu serem procedentes as alegações dos vereadores e devolveu os mandatos, bem como reconduziu Feliberg ao cargo de presidente da casa. “Foi uma vitória do povo de Açailândia que teve sua vontade nas urnas garantidas pela suprema corte”, disse Aluísio ao ser comunicado da decisão pelo grupo de vereadores.

A decisão de Humberto Martins deve representar um ponto final na batalha jurídica que paralisou o Legislativo da cidade por cerca de um mês.

Fonte: Gilberto Leda

Othelino institui comissão para elaborar proposta de atualização do Código de Proteção do Meio Ambiente

Othelino Neto, após a assinatura, com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Governo do Estado e sociedade civil, que farão parte da comissão

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), instituiu uma comissão de juristas para elaborar propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Estado. O documento foi assinado em reunião conduzida pelo chefe do Parlamento, nesta sexta-feira (5), com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Governo do Estado e sociedade civil, que farão parte da comissão.

Durante o encontro, Othelino falou sobre a necessidade da atualização da legislação ambiental estadual para assegurar maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais em benefício da população maranhense.

"A nossa legislação ambiental já tem em torno de 30 anos e, com o passar do tempo, é preciso que ocorram ajustes. Para isso, nada melhor do que a formação desse grupo de juristas, com o objetivo de reunir pessoas com expertise no assunto e que atuam direta ou indiretamente na questão ambiental, que poderão dar grande colaboração", afirmou.

O chefe do Legislativo pontuou, ainda, que a comissão terá o prazo de 180 dias para a elaboração das propostas de aperfeiçoamento, atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental estadual, que serão construídas por meio do diálogo com as mais diversas áreas, entre elas, as organizações não-governamentais, técnicos das universidades e os setores produtivo e empresarial.

"A partir desse estudo elaborado pela comissão, que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, eles entregarão para a Assembleia um anteprojeto de lei que, após a tramitação, va virar uma lei e, assim, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nessas quase três décadas. O nosso Código Ambiental precisa, principalmente, proteger os nossos recursos naturais, de forma que eles sejam utilizados de maneira sustentável, mas conciliando com a necessidade do desenvolvimento do nosso estado", assinalou Othelino Neto.

Comissão

A comissão - que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Maranhão - contará com 13 membros, entre eles, representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado, sociedade civil e especialistas na área ambiental.

"Recebemos essa missão honrosa do presidente Othelino e vamos ouvir a sociedade, os setores afetados por

uma revisão da legislação ambiental que engloba todas as atividades econômicas e sociais. A primeira estratégia será ouvir as pessoas e quais as suas contribuições. Em seguida, dividiremos a legislação por temas, analisaremos as propostas e traremos, dentro do prazo, para o presidente da Assembleia, esse trabalho", disse o presidente da comissão, ressaltando, também, que a legislação ambiental do Maranhão é uma das mais antigas do Brasil, apesar dos inúmeros avanços.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, destacou que o Judiciário tem os seus órgãos especializados na questão ambiental e dará a sua contribuição. "Certamente, daremos a nossa colaboração na rediscussão da legislação estadual ambiental, que já é bem antiga e precisa ser atualizada com o que há de mais moderno no mundo em relação ao tema", completou.

Responsabilidade

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, disse que o Executivo tem uma grande parcela de responsabilidade na discussão do tema, uma vez que o Sistema Estadual de Licenciamento também será afetado pelas mudanças, que são necessárias. "Iremos contribuir para termos uma legislação adequada, considerando, justamente, o período que temos para nos adequar às regras em vigência nacionalmente e internacionalmente".

Também participaram da reunião o professor universitário e coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (FEEA), Sálvio Dino Júnior; o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo; e o diretor-geral da Mesa Diretora, Bráulio Martins.

Posicionamento de Yglésio sobre lockdown repercute: 'Ação tem números equivocados'

A fala do deputado Yglésio Moyses (PROS) sobre o lockdown para prevenção da COVID-19 repercutiu na imprensa na manhã desta sexta-feira (5). Durante o programa o Bom Dia Mirante, no quadro Bastidores, do jornalista Clóvis Cabalau, foi mostrado o vídeo do parlamentar, feito na tribuna da Assembleia Legislativa, denunciando que a ação do Ministério Público que pedia o confinamento está equivocada quanto ao número de leitos disponíveis.

Segundo Yglésio, desde o período mais crítico da pandemia até este momento, os leitos foram reduzidos. Quando acontece isso, você utiliza o parque de leitos que estava disponível apenas para COVID para o tratamento de outras doenças, como os AVCs, os problemas cardiovasculares em geral, as cirurgias eletivas...", explicou.

Além disso, o deputado afirmou considerar prudente a decisão do juiz da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, ao receber a ação do MP. "Dessa vez, ele teve uma atitude muito correta, que foi enviar para a Secretaria de Saúde, que tem os números, um requerimento pedindo informações, inclusive para saber se, de fato, [o lockdown] é necessário", opinou.

O juiz determinou que o Governo do Maranhão e as Prefeituras dos municípios sejam ouvidos em até 72h, a partir do momento da decisão. Também nesta sexta, o governador Flávio Dino ressaltou, em uma live, que não considera necessário adotar a medida no MA.

Ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas é acionada por improbidade administrativa

Por irregularidades no repasse de parcelas de empréstimos consignados de servidores, o Ministério Público do Maranhão ajuizou na última quinta-feira,... [...]

Por irregularidades no repasse de parcelas de empréstimos consignados de servidores, o Ministério Público do Maranhão ajuizou na última quinta-feira, 4, uma Ação Civil de improbidade administrativa contra a ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas, Cristiane Campos Damião Daher.

A manifestação ministerial foi assinada pelo promotor de justiça Felipe Augusto Rotondo. Bom Jesus das Selvas é termo judiciário da comarca de Buriticupu.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União, após o desconto do valor das prestações em folha salarial para pagamento dos empréstimos consignados dos servidores, o Município de Bom Jesus das Selvas deixou de realizar o devido repasse à Caixa Econômica Federal.

Em razão da ausência do repasse, o Município celebrou um acordo reconhecendo a dívida com a instituição financeira e se comprometeu com um novo cronograma de pagamentos.

“Ao reter os valores descontados dos servidores que contratualmente deveriam ser repassados à Caixa, o gestor municipal que o fez supostamente praticou ainda os crimes de apropriação indébita (ou peculato-desvio) [...] e improbidade administrativa”, diz um trecho do relatório do TCU.

Em 10 de janeiro de 2018, foi julgada parcialmente procedente uma ação de cobrança da Caixa, na qual a Justiça condena o Município de Bom Jesus das Selvas a pagar as prestações não cumpridas do convênio (10/2017 a 12/2017 e 01/2018), no valor de R\$ 461.475,95 corrigidos monetariamente e acréscimos de juros.

“Verifica-se existirem provas do cometimento de atos de improbidade administrativa e crime de desvio/apropriação de verba pública pela ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas, tendo sido, inclusive, possível quantificar os prejuízos ao erário, razão pela qual se faz necessário o ajuizamento da presente ação”, afirma Felipe Rotondo.

PEDIDOS

O MPMA requer a condenação de Cristiane Damião por improbidade administrativa, cujas penas incluem ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda da função pública, se houver; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

MA | Ex-Prefeita Recolhia o Dinheiro dos Consignados dos Servidores e Não Repassava para o Banco

O MPMA requer a condenação de Cristiane Damião por improbidade administrativa, cujas penas incluem ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda da função pública, se houver; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público (...)

Chapadinha (MA) - Sábado, 06.Fevereiro.2021

Por irregularidades no repasse de parcelas de empréstimos consignados de servidores, o Ministério Público do Maranhão ajuizou na última quinta-feira (4), uma Ação Civil de improbidade administrativa contra a ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas, Cristiane Campos Damião Daher.

A manifestação ministerial foi assinada pelo promotor de justiça Felipe Augusto Rotondo. Bom Jesus das Selvas é termo judiciário da comarca de Buriticupu.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União, após o desconto do valor das prestações em folha salarial para pagamento dos empréstimos consignados dos servidores, o Município de Bom Jesus das Selvas deixou de realizar o devido repasse à Caixa Econômica Federal.

Em razão da ausência do repasse, o Município celebrou um acordo reconhecendo a dívida com a instituição financeira e se comprometeu com um novo cronograma de pagamentos.

“Ao reter os valores descontados dos servidores que contratualmente deveriam ser repassados à Caixa, o gestor municipal que o fez supostamente praticou ainda os crimes de apropriação indébita (ou peculato-desvio) [...] e improbidade administrativa”, diz um trecho do relatório do TCU.

Em 10 de janeiro de 2018, foi julgada parcialmente procedente uma ação de cobrança da Caixa, na qual a Justiça condena o Município de Bom Jesus das Selvas a pagar as prestações não cumpridas do convênio (10/2017 a 12/2017 e 01/2018), no valor de R\$ 461.475,95 corrigidos monetariamente e acréscimos de juros.

“Verifica-se existirem provas do cometimento de atos de improbidade administrativa e crime de desvio/apropriação de verba pública pela ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas, tendo sido, inclusive, possível quantificar os prejuízos ao erário, razão pela qual se faz necessário o ajuizamento da presente ação”, afirma Felipe Rotondo.

PEDIDOS

O MPMA requer a condenação de Cristiane Damião por improbidade administrativa, cujas penas incluem ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda da função pública, se houver; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Caso Mariana Costa: clamor e justiça contra o feminicídio

Família e amigos de Mariana Costa, assassinada em 2016, aguardam o julgamento do acusado do crime que a vitimou, Lucas Porto, marcado para ocorrer no dia 24 de fevereiro

Caso Mariana Costa: clamor e justiça contra o feminicídio

Projeto “Somos todos Marianas” hoje é uma associação e realiza ações, com palestras em escolas sobre violência contra a mulher, entre outros (Divulgação)

São Luís - Uma dor que perdura há quatro anos e quatro meses poderá ser amenizada no próximo dia 24 de fevereiro, data do julgamento de Lucas Ribeiro Porto, acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, em 2016, quando ela tinha 33 anos. Recolhido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o réu irá a julgamento no Fórum Desembargador Sarney Costa, às 8h30.

De acordo com a advogada Carolina Costa, irmã da vítima e ex-mulher do réu, no dia do julgamento haverá uma manifestação na frente do Fórum Desembargador Sarney Costa. Além disso, será veiculado nas redes sociais um “Manifesto”, uma forma de mostrar à sociedade e, principalmente, aos agressores de mulheres, que não se admite mais “Marianas” sendo assassinadas no Brasil.

Conforme Carolina Costa, o “Manifesto” possibilitará que qualquer pessoa expresse seu apoio no combate ao feminicídio, muitas vezes motivado por ódio, desprezo ou sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.

“Penas severas devem ser impostas a Lucas Porto. É preciso que a Justiça aplique uma pena justa, merecida e preventiva, ou seja, proporcional à gravidade objetiva do fato e inibidora de novos feminicídios no Maranhão. Há uma resistência muito grande em aplicar a lei, pois nunca o criminoso é o homem racional para quem a lei é dirigida. É preciso avançar para que as leis sejam rigorosamente aplicadas”, disse Carolina Costa.

Confesso

Lucas Porto, após ser preso, confessou o crime, que teria sido motivado por uma atração que sentia pela vítima. Ele responderá pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio. O assassinato aconteceu no dia 13 de novembro de 2016, no apartamento da vítima, no bairro Turu. Segundo a polícia, Mariana estava dormindo em seu quarto quando foi abordada pelo acusado.

Ela teria travado uma luta corporal para se proteger do ato violento e, em seguida, sofreu asfixia. A vítima desmaiou e foi sufocada com um travesseiro. Mariana foi encontrada desacordada por vizinhos e levada para o hospital, aonde chegou morta. Ela era filha de Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney.

Violência

Todas as formas de violência contra a mulher precisam ser combatidas, na opinião de Carolina Costa, seja ela física, sexual, psicológica, financeira ou patrimonial. “Precisamos, enquanto sociedade, nos posicionar”, continuou a ex-mulher de Lucas e mãe de Ana Clara e Sofia Porto.

Após a morte de Mariana, Carolina Costa deu total apoio a sua mãe, Flor de Liz, na “Associação Somos Todos Marianas”. Desde então, ela se tornou um nome de referência na luta contra o feminicídio e pela mudança de mentalidade voltada ao respeito, a igualdade e equidade do gênero feminino, oferecendo palestras acerca da realidade feminina numa sociedade machista, dando suporte a elas em busca de seus direitos.

É uma transformação de dor em um propósito de vida. Não posso permitir que outras mulheres continuem apanhando de boca calada ou que sejam mortas cruelmente, como minha irmã foi”

Carolina Costa, irmã de Mariana Costa

Devido ao caso, a data “13 de Novembro” foi reconhecida como Dia de Combate ao Feminicídio, por lei estadual e municipal. “Quando uma mulher sofre violência, todas nós sofreremos também. É por isso que esse projeto nasceu e vamos continuar até que todas vivam sem medo”, frisou.

Carolina Costa, que viveu durante 20 anos com Lucas Porto, conta que todas as iniciativas nas quais ela se envolveu contra a violência que atinge as mulheres brasileiras a ajudaram a amenizar o sofrimento e a saudade que sente da irmã. “É uma transformação de dor em um propósito de vida. Não posso permitir que outras mulheres continuem apanhando de boca calada ou que sejam mortas cruelmente, como minha irmã foi”, diz.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/06/caso-marianaand8200-costa-clamor-e-justica-contr-o-feminicidio/>

Defensores do Maranhão acionam Justiça por 'lockdown' contra aumento de casos de covid no Estado

Aumento do número de mortes e elevação na taxa de ocupação de leitos de UTI exclusivos para pacientes com o novo coronavírus motivaram ação; Nesta sexta, 5, Flávio Dino descartou a medida e disse que situação, por ora, está 'sob controle'

Três defensores públicos do Maranhão acionaram a Justiça solicitando a adoção de um 'lockdown' em todos os municípios para conter o aumento de casos de covid-19 no Estado. A ação foi ajuizada após reuniões os defensores relataram reuniões infrutíferas com o governo estadual.

Documento

O PEDIDO DOS DEFENSORES

PDF

LEIA TAMBÉM

Dino nega que cogite lockdown para o Maranhão

Boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde desta quinta, 4, registra 361 novos casos de covid-19 no Estado e 12 mortes decorrentes da doença nas últimas 24 horas - marca atingida pela última vez no dia 30 de agosto. Além disso, as taxas de ocupação de leitos de UTI exclusivos para covid atinge 90% tanto em Ilha Grande quanto em Imperatriz, dois polos regionais que recebem pacientes de todo o Estado.

A peça é assinada pelos defensores Clarice Viana Binda, titular do núcleo de Direitos Humanos; Cosmo Sobral da Silva, titular do núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa; e Diego Carvalho Bugs, defensor do núcleo regional da Raposa.

Os defensores pedem que seja decretado um novo lockdown de 14 dias em todo o Estado se as taxas de ocupação de leitos permanecerem acima de 80%. No entanto, caso o juiz acredite que a medida não é necessária, o trio solicita que ao menos sejam determinadas medidas mais restritivas por 14 dias, como a suspensão de eventos sociais e shows em bares e restaurantes caso as taxas de ocupação permaneçam acima de 70%.

O caso está nas mãos do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Foi ele quem determinou o primeiro lockdown do Estado em maio do ano passado em uma ação movida pelo Ministério Público. O magistrado deu 72 horas para o governo do Estado e municípios se manifestarem sobre o pedido da Defensoria.

Mais cedo, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), descartou o decreto de lockdown no Estado.

“Tivemos a propositura de uma ação judicial. Nós vamos ser intimados e nos manifestaremos contrários ao lockdown, como já reafirmei, não como se essa medida pudesse ser descartada - não pode -, mas, neste instante, consideramos que há uma situação epidemiológica sob controle, claro, com indicadores preocupantes, mas não

temos uma situação de colapso que justifique uma medida extrema”, afirmou a jornalista.

Defensores pedem lockdown para conter avanço da covid; Flávio Dino descarta medida e diz que situação está ‘sob controle’. Foto: Tiago Queiroz/Estadão

No pedido enviado à Justiça, os defensores relembram o primeiro lockdown e destacam que a medida contribuiu para amenizar o sistema de saúde no primeiro semestre do ano passado, mas que, após a estabilidade no controle da epidemia e a flexibilização da quarentena, a população ‘passou a viver como se o vírus não estivesse mais em circulação’.

“Apenas uma rápida pesquisa nas redes sociais da internet já se verificam inúmeros anúncios de bares e restaurantes com apresentações musicais que causam aglomeração de pessoas, além de exposição de fotos de pessoas aglomeradas dançando nestes mesmos locais, muitas vezes lançadas pelos próprios bares e restaurantes em seus perfis”, apontam. “Apesar de todo o esforço realizado pelo Poder Público Estadual em, paulatinamente flexibilizar as medidas de restrição de circulação de pessoas ao longo do segundo semestre do ano passado, no momento atual, não há comportamento social adequado com as medidas restritivas em vigor”.

Secretaria de Saúde do Maranhão diz que ampliará leitos de Covid-19 para evitar novo lockdown

Secretário afirma que empresários burlam a exigência do governo na realização de eventos para até 150 pessoas.

Em diversos lugares de São Luís, a exemplo da Rua Grande, é comum perceber pessoas descuidando da prevenção contra o coronavírus (Foto: Gilson Ferreira)

Os fins de semana levam multidões às praias de São Luís, para um banho de sol, mergulho, futevôlei, bate-papo. Na Rua Grande, shoppings centers e bares da capital maranhense, mais aglomerações. São cenários alheios à pandemia do coronavírus, que já matou 4.742 pessoas no estado. O Maranhão vive sob ameaça de novo lockdown.

Questionado pelo Jornal Pequeno sobre possíveis falhas no combate ao coronavírus, e por que se vê nova alta de casos, o secretário adjunto de Assistência à Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Carlos Vinicius, declarou que “a população se acostumou com a Covid-19”. E, admitiu: “a fiscalização, de alguma forma, falhou”.

Em relação à “desobediência”, Carlos Vinicius citou que empresários burlam a exigência do governo na realização de eventos para até 150 pessoas. “Fazem quatro nichos e colocam 80 pessoas em cada, e tentam nos convencer que estão respeitando a capacidade determinada. O decreto é muito claro, que 150 é o total de pessoas dentro de um determinado ambiente”, disse Vinicius.

O documento citado pelo secretário adjunto é o decreto nº 36203, de 30 de setembro de 2020. Texto transcrito: “deve ser observado o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) pessoas por evento, quantitativo que deve ser reduzido à vista da capacidade física do ambiente, a fim de que seja garantida a observância da distância de segurança, a ser fixada em Portaria do Secretário-Chefe da Casa Civil”.

Em relação às possíveis falhas de fiscalização, Carlos Vinicius informou que o Estado faz um trabalho educativo. “Orientamos. Mas, as fiscalizações ocorrem, por meio da Vigilância Sanitária, com apoio da Polícia Militar. Informações precisas sobre o acontecimento delas e locais fiscalizados, estão no boletim da SES, divulgado no site da Secretaria. Os dados são atualizados e divulgados todos os dias”, informou.

AMPLIAÇÃO DE LEITOS

Nesta semana, a Defensoria Pública do Estado (DPE) pediu à Justiça um novo lockdown, com abrangência para todo o Maranhão. O caso está para apreciação do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Direitos Difusos e Coletivos. Douglas concedeu prazo de 72 horas para que o governador Flávio Dino e os prefeitos das 217 cidades maranhenses digam o que estão fazendo, a fim de evitar o fechamento total.

Por meio de suas redes sociais, na terça-feira (3), o governador disse que não há planejamento de lockdown, no

estado. Deter o coronavírus significa, também, aumentar a capacidade de atendimento aos pacientes com Covid-19.

De acordo com Carlos Vinicius, o Estado prepara a ampliação de leitos. “Ontem (quinta-feira), tivemos uma reunião com o procurador-geral (de Justiça) do Ministério Público, Eduardo Nicolau, com a participação do secretário da Casa Civil, Marcelo Tavares; e do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia. Foi divulgada uma nota, para o aumento do número de leitos, tanto pelo Município, Estado e Hospital Universitário (HU-Ufma)”, informou Vinicius.

Atualmente, segundo Vinicius, a rede de saúde pública estadual tem 291 leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e 619 leitos de enfermaria. No pico da pandemia, de acordo com o secretário adjunto de Assistência à Saúde da SES, houve mais de 500 leitos de UTI e mais de 1.700 leitos de enfermaria, destinados a pacientes com Covid-19.

HOSPITAIS EXCLUSIVOS

Hospital de Cuidados Intensos, no bairro do Bequimão, com mais de 100 leitos, 50 deles são de UTI; Hospital Genésio Rêgo, na Vila Palmeira; e o Hospital Raimundo Lima, anexo ao Hospital Nina Rodrigues, localizado no Monte Castelo. Vinicius informou que há a ainda o Hospital Carlos Macieira, mas este ‘não é exclusivo’ para Covid-19, mas tem praticamente 50% de suas atividades voltadas para pacientes com coronavírus.

No estado, o governo tem seis macrorregionais, todas com leitos destinados a vítimas da Covid-19. Vinicius citou cinco macrorregionais: Santa Inês (20 leitos para coronavírus), Pinheiro (20 leitos), Caxias, Imperatriz e Presidente Dutra.

Continue lendo

em: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/06/secretaria-de-saude-do-maranhao-diz-que-ampliara-leitos-de-covid-19-para-evitar-novo-lockdown/>

CGJ e Famem vão somar esforços em pauta comum

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, recebeu na tarde desta quinta-feira (04/02) o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e prefeito de Igarapé Grande, Erlanio Xavier. Na pauta, dois relevantes assuntos para o atual cenário maranhense, tratados como essenciais durante o encontro: regularização fundiária e erradicação do sub-registro civil de nascimento.

De acordo com o corregedor-geral, as pautas são urgentes, pois atendem de forma direta e imediata ao clamor social de milhares de maranhenses. Velten disse que são políticas encaradas como prioritárias dentro do raio de atuação da Corregedoria, pois entregam dignidade àquelas pessoas alcançadas. Ele classificou como essencial a participação da Famem e afirmou que o engajamento dos municípios vai contribuir na concretização dos projetos.

"Nós entendemos que o Executivo municipal é a peça principal do processo, uma vez que as ações têm como protagonista a figura do gestor de cada município, local onde os projetos serão colocados em prática. Portanto, a parceria com a Famem abre um canal de diálogo importante com esses agentes e fortalece política de enfrentamento de dois problemas gravíssimos em nosso Estado", disse Velten.

No tocante à questão fundiária, Velten explicou que ainda há grandes áreas habitacionais já consolidadas em perímetros urbanos e rurais sem qualquer regularização, um problema que afeta todos os municípios do Estado. Ele lembrou que a devida regularização promove ações positivas em duas frentes, pois garante a cidadania, com o título de propriedade e o acesso a serviços básicos; além de promover o ordenamento urbano e estimular a economia com a arrecadação de tributos, que podem regressar como benfeitorias para a área regularizada.

Erlanio Xavier recebeu as demandas de forma positiva e também prometeu colocar os temas debatidos na pauta anual da entidade. Por ser mais complexo, Xavier propôs um encontro, que deverá acontecer em formato híbrido, em parceria com outros órgãos e entidades ligadas à regularização fundiária para debater o tema. O objetivo do evento será o de levar o projeto fundiário aos gestores municipais e propor ações imediatas para a devida regularização da ocupação do solo.

"Vamos mobilizar os prefeitos para que tenhamos esse assunto como central da nossa pauta. A regularização fundiária é muito importante para o desenvolvimento do Estado e das cidades. A Famem vai promover um encontro para debater com profundidade o assunto", disse o presidente.

A reunião contou com a participação do secretário-executivo da Famem, Marcelo Freitas, que reforçou a importância das pautas e lembrou que precisa ser um trabalho realizado em parceria com outros órgãos. Ele afirmou que a entidade envidará todos os esforços para a realização do encontro e consolidação das parcerias necessárias.

A questão da ocupação desordenada e irregular do solo tem se mostrado um grande entrave no desenvolvimento dos municípios. Tanto na zona urbana, quanto na rural, os entes federativos possuem grandes áreas sem a devida regularização, que passam a ser alvo de fraude para apropriação do terreno, situação mais comum no campo, ou constituem aglomerações sem qualquer ordenamento urbanístico, como é caso das cidades.

Como a regularização das áreas passam pela atuação dos cartórios, serviço delegado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria tem participação ativa na promoção de ações que visem à regularização do uso do solo. Com base na legislação disponível, o município pode atuar na identificação e demarcação de áreas, levantamento de dados, cadastramento da população residente, além de fazer o trabalho de intermediação junto aos cartórios para garantir a escritura ao proprietário do terreno.

ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO

Outro assunto da pauta, a erradicação do sub-registro civil de nascimento também foi recebida com entusiasmo pelo presidente Erlanio Xavier. Sobre o projeto, reconheceu ser uma iniciativa que garante direitos ao indivíduo e mencionou a experiência positiva do posto de registro civil na maternidade de seu município, Igarapé Grande, de onde os recém-nascidos já saem com a certidão de nascimento.

Velten voltou a destacar a importância dessa política pública para assegurar direitos aos indivíduos e que a não obtenção do documento pelos pais, impede o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e emissão de outros documentos básicos, a exemplo da identidade e do CPF.

Em ato recente, o Ministério Público estadual, órgão que compõe a rede de combate ao sub-registro, recomendou que promotores acompanhem o efetivo cumprimento da Lei 12.662/2012. A norma estabelece que os estabelecimentos de saúde que realizem parto deverão instalar unidades interligadas de registro civil de nascimento. A medida garante que os recém-nascidos saiam das maternidades com a certidão.

TJMA mantém expediente na quarta-feira de cinzas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, determinou - por meio da Resolução nº 72021 - que haverá expediente no Poder Judiciário do Maranhão no dia 17 de fevereiro de 2021 (quarta-feira de cinzas).

A nova Resolução - assinada nesta sexta-feira (5) - exclui o ponto facultativo do dia 17 de fevereiro de 2021, previsto no artigo 3º da Resolução nº 832020, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, permanecendo em funcionamento normal na quarta-feira de cinzas, inclusive com realização de Sessão Plenária.

Os dias 15 e 16 de fevereiro são mantidos como feriados forenses, uma vez que são regulamentados pela Lei Complementar nº 14/91, não podendo ser revogados por resolução do Tribunal de Justiça do Maranhão, tendo em vista o respeito ao princípio da hierarquia das normas.

É importante ressaltar que a revogação de lei complementar poderá ocorrer somente por aprovação de projeto de lei na Assembleia Legislativa.